EDUCAÇÃO ALIMENTAR ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

RAQUEL SANTIAGO PRÍNCIPE

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), compreendida como prática social, cultural e pedagógica, constitui-se como um importante instrumento para a promoção de uma educação antirracista desde a Educação Infantil. Considerando que a alimentação expressa identidades, memórias e relações de poder, este artigo tem como objetivo analisar a relevância da valorização da cultura alimentar afro-brasileira no contexto da Educação Infantil, especialmente com crianças de 5 a 6 anos, à luz das orientações do Currículo da Cidade – Educação Alimentar e Nutricional. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em autores do campo da educação, das relações étnico-raciais e da alimentação, como Munanga, Gomes, hooks e Bento, além de documentos oficiais. Os resultados evidenciam que práticas pedagógicas em EAN, orientadas por uma perspectiva antirracista, contribuem para o fortalecimento de identidades positivas, para o reconhecimento da diversidade cultural e para o enfrentamento do racismo estrutural no espaço escolar. Conclui-se que a inserção da cultura alimentar afro-brasileira no currículo da Educação Infantil amplia o repertório cultural das crianças e promove uma educação comprometida com a equidade e os direitos humanos.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Alimentar e Nutricional; Educação Infantil; Educação Antirracista; Cultura Afro-Brasileira; Identidade.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação constitui-se como uma prática social, histórica e cultural que extrapola a função biológica de nutrir o corpo humano. Desde a primeira infância, os alimentos, os modos de preparo, os rituais à mesa e as memórias afetivas associadas à comida desempenham papel central na construção da identidade, do pertencimento e das relações sociais. Nesse sentido, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), especialmente no contexto da Educação Infantil, configura-se como um campo privilegiado para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito à diversidade, a equidade e a justiça social.

No contexto brasileiro, a cultura alimentar é resultado de um intenso processo histórico de encontros, conflitos e trocas entre povos indígenas, europeus e africanos. Entretanto, as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros foram, ao longo do tempo, silenciadas, estigmatizadas ou reduzidas a estereótipos, em decorrência do racismo estrutural que marca a sociedade brasileira. Esse processo também se manifesta no campo da alimentação, configurando o que diversos autores denominam de racismo alimentar, caracterizado pela desvalorização de práticas alimentares de origem africana e pela desigualdade no acesso a alimentos adequados e saudáveis.

Segundo Bento (2022), o racismo estrutural opera de forma naturalizada nas instituições sociais, produzindo desigualdades que muitas vezes não são explicitamente reconhecidas. Na escola, essas desigualdades podem ser reproduzidas quando práticas pedagógicas desconsideram a pluralidade cultural e reforçam uma visão eurocêntrica da história e da cultura brasileira. Nesse sentido, a Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, assume papel estratégico no enfrentamento dessas desigualdades, uma vez que é nesse período que se iniciam os processos de construção da identidade e da percepção de si e do outro.

O Currículo da Cidade – Educação Alimentar e Nutricional orienta que a EAN deve ser desenvolvida de forma contextualizada, crítica e comprometida com os direitos humanos, reconhecendo as práticas alimentares como expressões culturais e políticas. De acordo com o documento, a valorização da cultura alimentar afro-brasileira constitui uma estratégia pedagógica fundamental para a promoção de uma educação antirracista desde a infância (SÃO PAULO, 2023).

Dessa forma, o presente artigo tem como

objetivo analisar a importância da Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva antirracista na Educação Infantil, com ênfase na valorização da cultura afro-brasileira como elemento constitutivo da identidade e da memória social. Busca-se, ainda, refletir sobre possibilidades pedagógicas que articulem alimentação, cultura, território e ancestralidade, contribuindo para a formação integral das crianças de 5 a 6 anos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Alimentar e Nutricional como prática social e pedagógica

A Educação Alimentar e Nutricional compreende um conjunto de ações educativas que visam promover práticas alimentares adequadas e saudáveis, considerando os aspectos biológicos, sociais, culturais, econômicos e ambientais da alimentação. Conforme orienta o Guia Alimentar para a População Brasileira, a alimentação deve ser entendida como um ato social que envolve escolhas, valores, afetos e relações de poder (BRASIL, 2014).

No contexto escolar, a EAN ultrapassa a transmissão de informações sobre nutrientes e alimentos considerados saudáveis. Trata-se de um campo de conhecimento que possibilita a problematização das desigualdades sociais, das formas de produção de alimentos e das heranças culturais que constituem os hábitos alimentares. Nunes (1994) salienta que a educação é um processo de formação do ser humano em sua totalidade, sendo fundamental que as práticas pedagógicas dialoguem com a realidade social dos educandos.

Nesse sentido, a EAN na Educação Infantil deve ser planejada de forma intencional, lúdica e integrada ao cotidiano das crianças, respeitando seus tempos, interesses e experiências prévias. A alimentação, nesse contexto, torna-se linguagem, expressão cultural e possibilidade de ampliação de repertórios, contribuindo para que as crianças atribuam sentidos às suas vivências alimentares.

Além disso, a EAN contribui para o desenvolvimento da autonomia infantil, na medida em que possibilita a participação ativa das crianças em escolhas relacionadas à alimentação, ao cuidado com o corpo e à convivência coletiva. Ao vivenciarem experiências que envolvem o preparo, a partilha e a reflexão sobre os alimentos, as crianças ampliam sua compreensão sobre o mundo e constroem relações mais conscientes com a comida.

Por fim, a Educação Alimentar e Nutricional, enquanto prática pedagógica transversal, possibilita a integração entre diferentes campos de experiência e áreas do conhecimento, articulando a alimentação a temas como sustentabilidade, cultura, saúde e cidadania. Na Educação Infantil, essa integração favorece aprendizagens significativas, pois relaciona o conteúdo escolar ao cotidiano das crianças, fortalecendo vínculos, afetos e sentidos atribuídos à alimentação como prática social e cultural.

2.2 Racismo alimentar e desigualdades nos sistemas alimentares

O conceito de racismo alimentar evidencia como as desigualdades raciais se manifestam nos sistemas alimentares, tanto no acesso aos alimentos quanto na valorização simbólica das práticas alimentares. De acordo com Brones (2018), o chamado “apartheid alimentar” refere-se à segregação no acesso a alimentos de qualidade, resultado de processos históricos de exclusão social, racial e econômica.

No Brasil, essas desigualdades estão profundamente relacionadas ao legado da escravização e à marginalização das populações negras. A desvalorização de alimentos associados à cultura afro-brasileira e a naturalização da pobreza alimentar em territórios periféricos são expressões desse processo. Conforme aponta Monteiro (2010), os sistemas sociais sempre refletiram relações de poder que determinam quem tem acesso ao conhecimento, à escrita e, consequentemente, aos recursos materiais.

A escola, ao abordar a alimentação de forma descontextualizada, corre o risco de reforçar essas desigualdades. Por isso, torna-se essencial que a EAN incorpore uma perspectiva crítica e antirracista, problematizando as origens dos alimentos e reconhecendo os saberes historicamente silenciados.

Além do acesso desigual aos alimentos, o racismo alimentar também se manifesta na

estigmatização de determinadas práticas culinárias, frequentemente associadas às populações negras e periféricas. Alimentos de matriz africana são, muitas vezes, classificados como menos saudáveis ou inferiores, sem que se considere seu valor cultural, histórico e nutricional. Esse processo contribui para a reprodução de preconceitos e para a invisibilização dos saberes tradicionais.

Segundo Munanga (2019), o racismo estrutural se mantém por meio de mecanismos simbólicos que desqualificam as produções culturais dos grupos racializados. No campo da alimentação, isso se traduz na imposição de padrões alimentares eurocentrados como universais, em detrimento da diversidade cultural existente. A escola, ao não problematizar esses padrões, pode reforçar discursos hegemônicos e excludentes.

Dessa forma, a incorporação do debate sobre racismo alimentar na Educação Infantil torna-se fundamental para a construção de uma educação comprometida com a equidade. Ao reconhecer as desigualdades nos sistemas alimentares e valorizar os saberes afro-brasileiros, a EAN contribui para a formação de crianças mais críticas, sensíveis às injustiças sociais e respeitosas em relação à diversidade cultural.

2.3 A cultura alimentar afro-brasileira e a construção da identidade

A cultura alimentar afro-brasileira constitui uma das bases estruturantes da formação social e cultural do Brasil. Os povos africanos trazidos de forma forçada para o território brasileiro não apenas contribuíram com mão de obra, mas também com saberes, técnicas agrícolas, modos de preparo dos alimentos, sistemas simbólicos e formas coletivas de organização social. A alimentação, nesse contexto, tornou-se uma estratégia de resistência, preservação cultural e manutenção da identidade.

Munanga (2019) destaca que a identidade negra no Brasil foi historicamente construída em um contexto de negação e silenciamento, o que impactou diretamente a valorização dos saberes afro-brasileiros. A culinária de matriz africana, muitas vezes associada à pobreza ou à marginalidade, foi desqualificada em comparação aos padrões alimentares eurocentrados. Esse processo contribuiu para a naturalização do racismo cultural e alimentar.

Pratos como feijoada, acarajé, vatapá, caruru e canjica, bem como o uso de ingredientes como milho, feijão, coco, banana e azeite de dendê, expressam processos de adaptação e ressignificação cultural. Esses alimentos carregam histórias de resistência e ancestralidade, sendo fundamentais para a compreensão da cultura alimentar brasileira. Conforme Gomes (2017), valorizar esses saberes no espaço escolar significa reconhecer a população negra como sujeito histórico e produtor de conhecimento.

Na Educação Infantil, a abordagem da cultura alimentar afro-brasileira favorece a construção de identidades positivas, especialmente para crianças negras, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento da diversidade cultural entre todas as crianças. Hooks (2013) ressalta que práticas educativas comprometidas com a justiça social devem criar espaços de pertencimento e reconhecimento, nos quais as crianças possam se ver representadas de forma digna.

A comida, nesse sentido, atua como linguagem cultural e pedagógica, possibilitando que as crianças compreendam que os alimentos não são neutros, mas carregam valores, histórias e relações de poder. Trabalhar a alimentação como patrimônio cultural contribui para o fortalecimento da autoestima, do respeito mútuo e da construção de uma educação antirracista desde a infância.

2.4 Educação Infantil e práticas pedagógicas antirracistas em EAN

A Educação Infantil, conforme orientam a BNCC e o Currículo da Cidade, compreende a criança como sujeito histórico, social e de direitos, que constrói conhecimentos por meio das interações, das brincadeiras e das experiências vividas no cotidiano. Nesse contexto, as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Alimentar e Nutricional devem ser intencionalmente planejadas para promover aprendizagens significativas e comprometidas com a equidade racial.

Gomes (2017) afirma que uma educação an-

tirracista não se limita a ações pontuais, mas exige a revisão de currículos, práticas e posturas pedagógicas. Assim, trabalhar a EAN na Educação Infantil implica reconhecer a alimentação como campo político e cultural, capaz de revelar desigualdades e, ao mesmo tempo, de promover processos emancipatórios.

Entre as práticas pedagógicas possíveis, destacam-se: rodas de conversa sobre alimentos presentes no cotidiano das crianças; leitura de obras literárias que valorizem personagens negros e a cultura afro-brasileira; exploração sensorial de alimentos de origem africana; práticas culinárias simples; brincadeiras de faz de conta relacionadas ao preparo e à partilha dos alimentos; e o cuidado com hortas pedagógicas. Essas experiências permitem que as crianças explorem sabores, cheiros, texturas e histórias, ampliando seus repertórios culturais.

É fundamental que essas práticas sejam desenvolvidas de forma contínua e integrada ao cotidiano escolar, evitando a exotização da cultura afro-brasileira ou sua restrição a datas comemorativas. Munanga (2019) alerta que a superficialidade no tratamento da questão racial pode reforçar estereótipos, em vez de combatê-los.

O diálogo com as famílias e com a comunidade também se configura como elemento central dessas práticas. Ao valorizar receitas, histórias e memórias alimentares trazidas pelas famílias, a escola fortalece os vínculos comunitários e reconhece os saberes populares como legítimos. Essa articulação contribui para a construção de uma educação que respeita o território, a diversidade cultural e os direitos humanos.

2.5 Materiais e métodos

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, tendo como objetivo analisar a Educação Alimentar e Nutricional na perspectiva antirracista, com ênfase na valorização da cultura alimentar afro-brasileira na Educação Infantil. A abordagem qualitativa mostrou-se adequada, uma vez que permite a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e educativos, considerando seus significados, contextos e relações históricas.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir do levantamento e análise de obras de referência nas áreas da educação, da Educação Alimentar e Nutricional e das relações étnico-raciais. Foram selecionados autores reconhecidos no campo acadêmico, como Munanga, Gomes, hooks, Bento e Severino, cujas contribuições teóricas fundamentam a discussão sobre identidade, racismo estrutural, práticas pedagógicas e educação antirracista. Essa etapa possibilitou a construção de um referencial teórico consistente e alinhado aos objetivos do estudo.

Paralelamente, realizou-se uma pesquisa documental, por meio da análise de documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas na Educação Infantil, como o Guia Alimentar para a População Brasileira, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo da Cidade – Educação Alimentar e Nutricional. A análise desses documentos permitiu identificar diretrizes, princípios e orientações que subsidiam a implementação da EAN no contexto escolar, especialmente no que se refere à promoção da equidade e dos direitos humanos.

Os dados obtidos por meio das pesquisas bibliográfica e documental foram analisados de forma crítica e interpretativa, buscando estabelecer relações entre os referenciais teóricos e as orientações curriculares. Essa análise possibilitou a identificação de convergências e tensões entre teoria e prática, contribuindo para a reflexão sobre possibilidades pedagógicas em Educação Alimentar e Nutricional na Educação Infantil, sob uma perspectiva antirracista.

2.6 Resultados e discussão

A análise dos referenciais teóricos e documentais evidencia que a Educação Alimentar e Nutricional, quando orientada por uma perspectiva antirracista, constitui-se como uma estratégia pedagógica potente para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar. Os estudos analisados indicam que práticas educativas que valorizam a cultura alimentar afro-brasileira contribuem para a construção de identidades positivas,

especialmente entre crianças negras, além de promover o respeito à diversidade cultural entre todas as crianças.

Observa-se que a inserção da cultura alimentar afro-brasileira no currículo da Educação Infantil possibilita a ampliação do repertório simbólico das crianças, favorecendo processos de reconhecimento e pertencimento. Conforme aponta Gomes (2017), quando a escola reconhece a identidade negra como elemento constitutivo do currículo, cria-se um ambiente educativo mais inclusivo, no qual as crianças se sentem representadas e legitimadas em suas experiências culturais.

Os resultados também revelam que a abordagem da EAN de forma contextualizada fortalece a relação entre escola, família e território. Ao valorizar os saberes alimentares trazidos pelas famílias e pela comunidade, a escola promove aprendizagens significativas e estabelece vínculos que ultrapassam os limites do espaço escolar. Essa articulação contribui para o reconhecimento dos saberes populares como conhecimentos legítimos e relevantes no processo educativo.

Outro aspecto identificado refere-se ao potencial da EAN para promover práticas pedagógicas interdisciplinares. A alimentação, enquanto tema transversal, possibilita o diálogo entre diferentes campos do conhecimento, articulando conteúdos relacionados à saúde, à história, à cultura e ao meio ambiente. Essa integração favorece a compreensão da alimentação como fenômeno complexo, atravessado por dimensões sociais, políticas e culturais.

A discussão dos dados evidencia ainda que a ausência de uma abordagem crítica da alimentação pode reforçar estereótipos e desigualdades. Quando a escola adota discursos normativos e descontextualizados sobre alimentação saudável, corre o risco de invisibilizar realidades diversas e desconsiderar as condições sociais e culturais das crianças. Nesse sentido, a perspectiva antirracista na EAN mostra-se fundamental para a construção de práticas educativas mais justas e sensíveis às diferenças.

Por fim, os resultados analisados indicam que a Educação Alimentar e Nutricional, ao incorporar a valorização da cultura afro-brasileira, contribui para a formação de crianças mais críticas, empáticas e conscientes das desigualdades sociais. Essa abordagem fortalece o compromisso da escola com os direitos humanos e com a construção de uma educação transformadora, capaz de promover mudanças significativas nas relações sociais desde a infância.

3 CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Alimentar e Nutricional, quando compreendida para além de sua dimensão biológica, revela-se como uma prática social, cultural e política de grande relevância no contexto da Educação Infantil. Ao longo deste artigo, evidenciou-se que a alimentação constitui um potente eixo pedagógico para o desenvolvimento integral das crianças, possibilitando a articulação entre cuidado, aprendizagem, identidade e pertencimento desde a primeira infância.

A análise dos referenciais teóricos e documentais permitiu compreender que a EAN, orientada por uma perspectiva antirracista, contribui de forma significativa para o enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Ao problematizar as desigualdades nos sistemas alimentares e reconhecer a existência do racismo alimentar, a escola assume um papel ativo na promoção da equidade e na valorização da diversidade cultural.

Nesse sentido, a valorização da cultura alimentar afro-brasileira mostrou-se fundamental para a construção de identidades positivas, especialmente entre crianças negras, que historicamente tiveram seus saberes e práticas invisibilizados. Reconhecer a culinária afro-brasileira como patrimônio cultural e expressão de ancestralidade fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a formação de sujeitos que se reconhecem como parte de uma sociedade plural.

As práticas pedagógicas em Educação Alimentar e Nutricional, quando planejadas de forma intencional, lúdica e integrada ao cotidiano escolar, ampliam o repertório cultural das crianças e promovem aprendizagens significativas. Atividades que envolvem a exploração sensorial dos alimentos, o diálogo com as famílias e a relação com o território possibilitam experiências educativas que ar-

ticulam teoria e prática, respeitando os tempos e interesses da infância.
Ressalta-se, ainda, a importância do papel do professor como mediador desses processos educativos. Cabe ao educador adotar uma postura crítica e reflexiva, comprometida com os princípios dos direitos humanos, da justiça social e da educação antirracista. A formação docente contínua mostra-se essencial para que as práticas em EAN superem abordagens reducionistas e contribuam efetivamente para a transformação das relações sociais no espaço escolar.
Por fim, conclui-se que a inserção da Educação Alimentar e Nutricional, articulada à valorização da cultura afro-brasileira, no currículo da Educação Infantil representa um avanço significativo na construção de uma educação mais justa, inclusiva e democrática. Investir em práticas pedagógicas que reconheçam a alimentação como linguagem, memória e identidade é investir na formação de crianças críticas, sensíveis e comprometidas com a construção de uma sociedade mais equânime.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. A afetividade na escola. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira.
Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília,
2017.

BRONES, A. Racismo alimentar. 2018.

GOMES, N. L. O movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017. HOOKS, b. Ensinando a transgredir. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. MONTEIRO, A. História da escrita e do poder. São Paulo: Contexto, 2010.
MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
NUNES, C. Educação e formação humana. São Paulo: Cortez, 1994.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Alimentar e Nutricional – Orientações Pedagógicas. São Paulo: SME/COPED/CODAE, 2023.
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2010.